



O ESTUDO DO SÂNSCRITO COMO PARTE DA HISTÓRIA DOS ESTUDOS CLÁSSICOS NO BRASIL: PERCURSO, QUESTÕES, DESAFIOS

THE SANSKRIT STUDIES AS PART OF THE BRAZILLIAN CLASSICAL STUDIES' HISTORY: ROUTE, QUESTIONS, CHALLENGES

Matheus Vargas de Souza*

* matheussagrav@gmail.com

Doutorando em História pelo PPGH-UNIRIO (Rio de Janeiro, RJ), com bolsa CAPES sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Juliana Bastos Marques. Mestre em História Social pela mesma instituição.

RESUMO: Os Estudos Clássicos no Brasil se desenvolveram nos últimos anos como um campo forte e bem estruturado. Em um primeiro momento, ao falar em “Estudos Clássicos” alguém poderia considerar exclusivamente os estudos do grego e do latim. No entanto, durante um período curto, um grupo de sanscritistas integrou ativamente a SBEC e atuou no sentido de pensar o sânscrito como intimamente ligado às línguas clássicas. Sem misturá-las plenamente, mas enfatizando sua familiaridade. Essa presença do sânscrito entre os Estudos Clássicos brasileiros é, defenderemos, uma boa oportunidade para estimular debates sobre a constituição, o sentido e a essência da SBEC em nosso país.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Clássicos; Sânscrito; SBEC; Oriente; Orientalismo.

ABSTRACT: The Classical Studies in Brazil have grown during the last years as a strong and well structured field. Primarily, in speaking of the “Classical Studies” one could consider exclusively the Greek and Latin studies. However, in a short moment a group of sanskritists took part in the Brazilian Society for Classical Studies (SBEC) and acted towards thinking Sanskrit as intimately connected to the classical languages. Without mixing them completely but emphasizing their similarity. This presence of the Sanskrit among the Brazilian Classical Studies is, we shall argue, a good opportunity to encourage the debate on the constitution, the meaning and the essence of the SBEC in our country.

KEYWORDS: Classical Studies; Sanskrit; SBEC; East; Orientalism.

Entre 1968 e 1990, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo ofereceu um curso de Bacharelado em Sânscrito. Grande parte da história do curso foi relatada pela professora Maria Valéria Anderson de Mello Vargas (1985; 1994), quando esta ainda era professora efetiva do curso de sânscrito. Resumidamente, o curso foi criado em um esforço da professora Maria Luíza Miazzi, apoiada pelo professor Eurípedes Simões de Paula, e ficou alocado originalmente na seção de Estudos Orientais. Entre muitas idas e vindas, o curso contou com um número bastante reduzido de professores que o mantinham funcionando, tendo sido necessário o auxílio, entre outros, do professor Izidoro Blikstein, inclusive quando da prematura morte da professora Miazzi em 1977, vítima de um câncer¹. Convém lembrar que a professora Miazzi conduzia o curso praticamente sozinha até que alguns de seus alunos assumissem posições de professores do curso. Também é importante reforçar que após a morte da professora Miazzi não houve novas verbas destinadas à contratação de professores. Assim, até o ano da dissolução do curso de Bacharelado, houve apenas quatro professores para conduzir todas as disciplinas, entre língua, literatura e cultura indiana antiga: Lílian Proença de Menezes Montenegro, Maria Valéria Vargas, Mário Ferreira e Carlos Alberto da Fonseca. Ainda assim, com os esforços dos

professores, algumas publicações foram elaboradas, o que inclui a revista *BHĀRATA - Cadernos de Cultura Indiana*, que, no entanto, não chegou a ser oficializada como um dos periódicos da FFLCH: a revista chegou a ter 7 volumes, mas em 1992 o professor Francis Henrik Aubert, diretor da FFLCH à época, informou aos professores do curso de sânscrito que a publicação não seria mais financiada pela FFLCH enquanto não fosse realizado todo o procedimento necessário para oficializar a revista (formação de um conselho editorial, inclusive com membros no exterior, etc.). Em função do trabalho acumulado pelos professores não houve tempo e condições adequadas para levar o projeto adiante, embora Juan Miguel de Mora fosse já cogitado como o primeiro convidado internacional a fazer parte do conselho editorial. Dois anos antes, sobretudo pela sobrecarga dos professores, o curso de Bacharelado foi desativado e algumas disciplinas eletivas foram mantidas, oferecidas pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, para o qual o curso havia sido transferido anteriormente, e no Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Este extenso parágrafo obriga o leitor a se perguntar: “porque estamos falando sobre um antigo Bacharelado em Sânscrito da Universidade de São Paulo em um dossiê sobre a História dos Estudos Clássicos no Brasil?”. A

1. Devo aqui mencionar que algumas informações prestadas neste trecho do artigo não constam dos trabalhos da professora Vargas, mas foram relatadas a nós pela própria professora em conversa por telefone em junho de 2021. Sou imensamente grato à professora pela presteza em ceder informações importantes, sobretudo sobre o fim da revista *BHĀRATA - Cadernos de Cultura Indiana*, que discutiremos adiante. Expresso aqui a honra pelo contato e a alegria pela paciência. Aproveito para agradecer também ao professor Dominique Santos, que vem estudando a história da História Antiga no Brasil e disponibilizou-nos algumas referências muito valiosas.

pergunta é pertinente, *a priori*. Mas há um detalhe muito significativo na história deste curso que pode escapar se o olhar não for atento e que dá pistas para se pensar a conflituosa delimitação do lugar dos estudos sobre o sânscrito e dos Estudos Clássicos no discurso acadêmico. Com efeito, o sânscrito permeia a fronteira entre Ocidente e Oriente e a primeira pista que salta aos olhos é a criação do Bacharelado em Sânscrito da USP como parte dos Estudos Orientais e, em seguida, sua transferência para o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. É sobre este ponto que nos debruçaremos primeiro.

O ORIENTAL BACHARELADO EM SÂNSCRITO?

Cumprir tratar do apoio do professor Eurípedes Simões de Paula à criação de um curso de Sânscrito que estivesse classificado entre os Estudos Orientais na FFLCH. A primeira impressão é a de que o critério motivador foi o geográfico/histórico. De fato, Simões de Paula já havia se manifestado no sentido de propor separações e demarcações de espaços para áreas de trabalho particulares, como quando foi relator da solicitação de que a área História Antiga e Medieval fosse desmembrada em função de representar “dois espíritos” distintos que requeriam “duas especializações” autônomas (PAULA, 1962, p. 81-88). Uma solicitação como essa indica, certamente, a preocupação com as especificidades de cada disciplina

e, além disso, com a necessidade de maior especialização para pesquisar e lecionar. Podemos, a partir disso, supor que Simões de Paula projetava o fortalecimento de uma área de Estudos Orientais no Brasil? É provável que sim. Mas parece que um outro ponto importante a se considerar é a percepção que o professor tinha de uma relação entre Oriente e Ocidente. Essa percepção fica clara em um texto publicado por ele em 1960, em que discorreu sobre as relações políticas e comerciais entre gregos, romanos, chineses, indianos, entre outros.

Muita gente ainda pensa que Ocidente e Oriente sempre foram dois mundos antagônicos, com as costas voltadas um para o outro. Se os senhores verificarem a História durante a Antigüidade e a Idade Média verão que êstes dois mundos há muito se conheceram. Não houve um entrelaçamento muito grande, mas no mundo antigo e medieval êles se entenderam talvez melhor que do que em nossos dias. Daí o tema de hoje: “Alguns aspectos das relações do Ocidente com o Extremo Oriente durante a Antigüidade e a Idade Média”. (PAULA, 1960, p. 3).

É bastante evidente durante todo o texto o interesse do professor pelo Oriente e sua visão crítica sobre a relação Ocidente/Oriente é bastante esclarecida. Um exemplo interessante é seu apontamento de que a balança comercial

sempre pendia para o Oriente nessas relações de troca visíveis nas fontes (PAULA, 1960, p. 7). Observando seu interesse por histórias múltiplas ao longo de sua carreira - do que seu relato minucioso da experiência de participar do XII Congresso Internacional de Ciências Históricas, em 1965, é exemplo - podemos supor que Simões de Paula tinha interesse em ver crescer a área das humanidades no país, incentivando uma produção nacional consistente e internacionalizada e, com os limites do pensamento da época, demarcando um lugar especificamente brasileiro². Não por acaso foi figura decisiva na criação e manutenção da ANPUH, originalmente APUH.

Há, porém, na fala de Simões de Paula de 1960 um detalhe relevante: a incontestável separação entre Ocidente e Oriente na Antiguidade, tão comum e, à época, ainda não tão criticada. O Oriente, especificamente o Extremo Oriente, está muito bem delimitado para o Eurípedes Simões de Paula de 1960. Mesmo no título do texto (uma conferência, originalmente): fala-se na relação “do” Ocidente “com o” Extremo Oriente e não em uma relação *entre ambos*; aparentemente haveria o mesmo sentido, mas na realidade ao falar da relação do Ocidente o professor já parte do ponto de vista do Ocidente (sem necessariamente pertencer a ele) e já considera as delimitações diferenciadoras de Ocidente/Oriente (“de um com o outro”,

o um bem definido, o outro bem definido, como blocos coesos internamente, apartados um do outro), diferentemente de um pensamento sobre a relação entre ambos, com esse “entre” que dá a ideia de uma fluidez, de uma via de mão dupla onde Ocidente e Oriente se mesclam. Ainda que pensado de forma bastante refinada, a partir dos contatos e das trocas com outros povos, o Oriente com o qual o Ocidente tem relações é incontestavelmente apontado como Oriente extremado, o Oriente do Oriente, onde o jogo de oposições com gregos e romanos e seus espíritos é canonizado pela manutenção de unidades que agregariam os povos dotados de maior familiaridade; o critério, *a priori*, é o geográfico. Mas o leitor não deve compreender mal essas afirmações. Não se trata aqui de um trabalho de crítica à fala de Simões de Paula. Para nosso propósito, a despeito do refinamento de sua análise e da atenção, na prática, à via de mão dupla (só dupla?) nas trocas entre o Mediterrâneo e a Ásia, aqui é apenas fundamental admitir que Simões de Paula guiava-se por balizas que devemos levar em consideração, para uma melhor compreensão de seu projeto para os estudos sobre a Antiguidade no Brasil.

Ocorre que, por iniciativa do professor Eurípedes, em 1962, foi criada, no Departamento de História da FFLCH-USP, a Seção de Estudos Orientais, que abrangia

2. Nesse sentido, fez questão de reiterar que durante o Congresso de 1965 se pronunciou publicamente em língua francesa, para evitar utilizar a língua espanhola e reforçar a particularidade brasileira entre outros intelectuais latino-americanos (PAULA, 1965, p. 201). Os limites da época implicam principalmente um certo fetiche pela História de Portugal como fator fundamental de diferenciação entre América portuguesa e América hispânica, mas estavam calcados em dados relativamente concretos do conhecimento histórico do país nos anos 1960.

os cursos de Bacharelado em Árabe, Armênio, Chinês, Hebraico, Japonês, Russo e, a partir de 1968, Sânscrito. A inclusão do sânscrito se deu em razão de a Professora Maria Luíza Miazzi estar na ocasião voltando ao país, após uma temporada na Carolina do Sul/EUA, onde tivera a oportunidade de estudar o sânscrito. Ela era, originalmente, professora de Filologia Românica. Essa Seção de Estudos Orientais passou a integrar, em 1970, o Curso de Letras da FFLCH, especificamente, o Departamento de Línguas Orientais e Linguística. E só anos mais tarde, Linguística veio a constituir um departamento autônomo³ e o curso de Sânscrito passou para o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

Assim, o estudo que se desenvolvia sobre a Índia Antiga no ambiente universitário brasileiro pela primeira vez estava inicialmente relacionado ao estudo da língua e literatura e sob a égide do Orientalismo, seguindo o usual em seu tempo. Surgem algumas questões: é possível agregar estudos sobre as culturas e as literaturas árabe, chinesa, indiana, russa, hebraica, sob um mesmo guarda-chuva? Este artigo não é, deixamos claro, uma proposta iconoclasta ou uma leitura refinada sobre o Orientalismo à brasileira. Apenas parece pertinente questionar se tudo isso é tão óbvio; especialmente porque à época era. Outra questão relevante: por que apenas o sânscrito? Esta se

responde pela ausência de professores especializados no pali, por exemplo, o que exclui uma parcela significativa da língua, literatura e cultura indiana antiga. O Bacharelado em Sânscrito da USP teve na professora Miazzi sua pedra angular; na existência de uma professora que se especializou no assunto fora do país e que Simões de Paula agregou em seu projeto. O curso de Sânscrito começou portanto no bojo dos Estudos Orientais e na dependência de uma professora especialista que foi central para sua manutenção, sem falar no auxílio prestado por professores como Izidoro Blikstein, que também estudou um pouco do sânscrito no exterior (VARGAS, 1994, p. 409-410) ou outros professores que eventualmente tenham auxiliado no curso.

Há um último detalhe a ser reforçado. A formação da primeira geração de professores que atuou no curso de Sânscrito não foi diretamente em sânscrito, mas em outros temas, notadamente estruturados na Filologia das línguas da família indo-europeia. Assim, as especializações em Sânscrito feitas por Miazzi e Blikstein eram uma complementação da formação dos professores voltados ao estudo das relações entre as diversas línguas de uma família linguística e não especificamente ao estudo exclusivo/prioritário de uma língua particular e suas manifestações literárias no tempo. Essa primeira geração

3. Devo aqui, novamente, agradecer ao auxílio esclarecedor da professora Maria Valéria Vargas.

formou a segunda geração de professores de Sânscrito na USP, já dedicados especificamente à língua e cultura dos brâmanes indianos antigos.

O CLÁSSICO/OCIDENTAL BACHARELADO EM SÂNSCRITO?

Ao final dos anos 1970, um novo quadro se desenhou no curso. A segunda geração de professores já atuava, ainda elaborando suas teses de doutoramento sob a orientação da professora Miazzi quando esta veio a falecer e foi substituída pelo professor Blikstein. Foi essa geração de professores que teve uma atuação mais intensa especialmente em manter relações com sociedades científicas, como a Associação Latino-Americana de Sanscritistas (ALAS). No Brasil, porém, estabeleceram conexões com a Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos. Estavam presentes na I Reunião Anual da SBEC, no âmbito da 38ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1986, tendo dedicado metade do primeiro volume da *BHĀRATA-Cadernos de Cultura Indiana*, que foi elaborada anos depois, a publicar os textos que apresentaram no evento, em uma mesa específica de sânscrito e literatura indiana (FERREIRA, 1990; FONSECA, 1990; MONTENEGRO, 1990; VARGAS, 1990). Além disso, o professor Carlos Alberto da Fonseca foi Secretário Geral durante a presidência da

recentemente falecida professora Zélia de Almeida Cardoso e Presidente da SBEC nos biênios de 1995-1997 e 1997-1999 respectivamente (CARDOSO, 2005, p. 11-12). A despeito das boas relações com a ALAS, nacionalmente sua filiação era a uma sociedade calcada nos estudos da Antiguidade Clássica, com particular força para as Letras Clássicas, tradicionalmente compreendidas como o grego e o latim. Por quê?

Há pistas para compreender tal situação. A mais clara⁴ talvez esteja em um texto publicado pela professora Maria Valéria Vargas no jornal *Folha de São Paulo* em 1988. Em um erudito e denso relato da história dos estudos do sânscrito na Europa, desde o século XVI, Vargas conclui com as mais recentes e fundamentais renovações de tais estudos: o surgimento de uma teoria linguística que levasse em consideração a perspectiva histórica e que classificasse as línguas não mais pela proximidade geográfica, mas pela familiaridade vocabular e estrutural (VARGAS, 1988, p. G9-G10). Izidoro Blikstein, que havia sido professor de Vargas, escreveu também nesse sentido alguns anos depois, em artigo brilhante sobre o racismo que permeia os estudos do indo-europeu:

Nesse sentido, a noção de *indo-europeu*, como origem das modernas línguas européias, como berço das civilizações

4. E aqui devo lamentar a impossibilidade que tivemos em acessar um texto publicado no terceiro volume da *BHĀRATA - Cadernos de Cultura Indiana*, intitulado "A Índia e o Ocidente". Em função da pandemia de Covid-19 e do isolamento social, não pudemos ter acesso à biblioteca da USP, único local onde encontrei um exemplar disponível até o presente momento.

européias e indo-arianas, ou ainda como povo ou raça de onde se originaram europeus e indianos, tem sido tão sedutora e teve tais desdobramentos que “indo-europeu”, talvez, seja muito mais conhecido e explorado por aquilo que *não é* do que por aquilo que *realmente* seja. [...] [I]ndo-europeu não é propriamente uma língua ou um povo e, muito menos, uma “raça”! Indo-europeu é, antes de tudo, uma *hipótese de trabalho* construída no século XIX por linguistas e filólogos. [...] [P]arece pouco mas foi graças a essa hipótese que gramáticos, filólogos e estudiosos das línguas clássicas antigas, como o grego e o latim, desprenderam-se da ótica tradicional da cultura européia, ampliaram os seus horizontes e perspectivas linguísticas, assentando, então as bases da *gramática comparada* das línguas indo-européias, um dos mais fecundos aparelhos teórico-metodológicos da moderna ciência linguística. [...] [F]oi justamente a revelação do sânscrito, repito, que possibilitou aos filólogos e linguistas, a partir da constatação do parentesco entre as línguas européias e indo-iranianas, estabelecerem aquele que pode ser considerado o primeiro método seguro e objetivo para a análise e a descrição dos sistemas linguísticos, a saber, o *método histórico-comparativo*. (BLIKSTEIN, 1992, p. 104-105, grifos do autor).

É o surgimento da classificação genealógica que permite a elaboração de uma taxonomia operatória, uma “hipótese de trabalho”, para usar um termo empregado

por Blikstein, complexa e mais precisa, que divide as línguas do mundo em grandes grupos: indo-europeu, camito-semítico, dravídico, uralo-altaico, sino-tibetano, banto, malaio-polinésio, etc.; dentre esses grupos, o indo-europeu se divide entre hitita, tocário, grego, ilírico, ítalo-celta, germânico, báltico, eslavo, albanês, traco-frígio e indo-iraniano, grupo dentro do qual se inclui o sânscrito (VARGAS, 1988, p. G10). Para Vargas, estudar a língua sânscrita é um importante vetor de aperfeiçoamento dos estudos de Linguística Histórica Comparada, Filologia Românica e Filologia Indo-Europeia. “Estudar o sânscrito, em conjunto principalmente com as línguas clássicas, é, sem dúvida, indispensável, se o nosso propósito é o de compreender, como um todo, o universo da indo-europeística” (VARGAS, 1988, p. G11).

Há, portanto, mesclado à erudição e à ampliação de um horizonte de estudos das culturas humanas, um filtro utilitário: para que usamos o estudo do Sânscrito? Para melhor compreender as línguas indo-europeias, dentre as quais se inclui a nossa. E parece relevante considerar que essa percepção é exposta por uma professora que teve uma formação em Sânscrito e não uma formação em uma língua-neolatina que tenha se especializado posteriormente na língua sânscrita. Isso talvez se explique majoritariamente pela formação oferecida pela professora

Miazzi e pelos demais professores da geração anterior. A segunda geração, embora composta por professores de sânscrito de formação e especialização, não estava tão distanciada da primeira.

Além desse posicionamento sobre a necessidade dos contatos entre os Estudos Clássicos e os estudos do Sânscrito, um dado interessante também é a preferência dada pelos professores dessa geração à revista *Clássica*, da SBEC, para publicar artigos sobre suas pesquisas. É possível destacar, por exemplo, um artigo em que as professoras Maria Valéria Vargas e Lilian Proença Montenegro publicaram um relato de eventos da ALAS na *Clássica* (MONTENEGRO; VARGAS, 1990), difundindo aos colegas, especialmente da área de Letras Clássicas, as temáticas abordadas entre os especialistas no sânscrito. Carlos Alberto da Fonseca foi o que mais publicou na *Clássica*, com seis artigos publicados entre 1989 e 2008 (FONSECA, 1989; 1991; 1993; 1997; 2001; 2008); todos os professores da segunda geração, porém, publicaram pelo menos um artigo na revista. Chama atenção também o fato de que quando a *Revista de Estudos Orientais* do Departamento de Línguas Orientais foi criada, em 1997, apenas o professor Mário Ferreira publicou um artigo nela, em 1998 (FERREIRA, 1998). De fato, o curso não pertencia mais àquele departamento, mas o que se vê

da documentação disponível e de eventuais informações prestadas pela professora Vargas é que o corpo docente do curso de Sânscrito continuamente tendia a fazer o caminho de volta à formação da professora Miazzi, de volta à Filologia das Línguas Indo-Europeias, com um sentido utilitário motivador dos estudos de uma das línguas da Índia Antiga como degrau relevante para a compreensão do grupo linguístico mais próximo ao nosso. Em um movimento sistólico/diastólico, os professores de Sânscrito da Universidade de São Paulo foram da Filologia Indo-Europeia para o estudo particular do Sânscrito e então de volta à Filologia Indo-Europeia.

O século XIX europeu já havia aproximado o sânscrito do grego e do latim, destacando-o dentre as línguas do Oriente em função de sua proximidade linguística. Os escritos de Friedrich Max Müller já apontavam nessa direção ao louvar que o estudo do sânscrito estivesse em sua época se popularizando suficientemente, uma vez que essa língua faria parte do arcabouço civilizacional necessário à modernidade para, conhecendo plenamente seu passado e suas origens, assumir as rédeas e comandar seu destino futuro e compreender a sabedoria divina inerente aos escritos antigos (MÜLLER, 1860, p. 2-3; SOUZA, 2020, p. 192). Isso, porém, fazia parte de um jogo discursivo bastante refinado da Europa imperialista/

colonizadora. Com efeito, a construção da narrativa da História Universal dependeu do sequestro da História de diversas culturas; os dados coletados e catalogados pela lente europeia eram agora utilizados para produzir uma História da humanidade repleta de marcos teleológicos e romantismo. Nesse processo, os europeus entregavam aos colonizados sua própria história, já que estes não eram capazes de produzi-la ou estudá-la. E, para si, reivindicavam toda conquista cultural/intelectual como parte do aperfeiçoamento da humanidade, como conquista da humanidade, humanidade essa que tinha no europeu do século XIX um simulacro centralizador. Decorre disso que os estudos do Indo-Europeu se tornaram o estudo das origens da Europa, mais que da Índia e o quadro era dividido em dois: se dada informação parecia valiosa ao século XIX, era assumida como degrau evolutivo do ser humano em geral; se parecia remeter ao atraso ou à imoralidade, era imediatamente apontado como característica inerente aos povos não europeus, que perdiam seus ancestrais para a reivindicação dos europeus.

E toda essa reflexão vem a propósito de quê? Ao invés de uma crítica ao relacionamento entre os sanscritistas e os classicistas, apenas um alerta que deve nortear qualquer questão afim a tal relacionamento. De fato, a

aproximação do Sânscrito com a SBEC não parece ter seguido nesse caminho de maneira direta. Mas o esforço dos sanscritistas brasileiros em sua aproximação da SBEC revela um sutil distanciamento do pensamento crítico quanto à condição colonial e parece ter limitado a relevância do estudo da língua e da literatura sânscrita às relações diretas perceptíveis entre ela e as demais línguas indo-europeias, majoritariamente “ocidentais”. É nesse sentido que não surpreende que não tenha havido um trabalho mais intenso sobre o pali, por exemplo; e reforçamos o pali porque o sânscrito não é “a” língua da Índia Antiga, mas “uma” delas. Não fosse a familiaridade indo-europeia, no entanto, sequer curso de sânscrito houvesse, talvez. Isso, porém, não muda o fato de que esse foi o período em que mais se publicou sobre a Índia Antiga e em que esta esteve mais presente no debate entre os especialistas na Antiguidade. Espécie de Idade de Ouro. Não levando em consideração, é claro, a produção constante de Dilip Loundo.

O SÂNSCRITO PRECISA SER ORIENTAL OU CLÁSSICO/OCIDENTAL?

Nada do que mencionamos aqui vem como crítica severa ou pecha sobre o trabalho valoroso e árduo dos professores do Bacharelado em Sânscrito da USP. Pelo contrário, nos propusemos a analisar o tênue liame sobre

o qual se equilibrou o trabalho dos sanscritistas brasileiros entre os anos 1960-2000. O liame entre o Oriente e o Ocidente. E tudo indica que essa relação foi pautada pela familiaridade linguística, principalmente. Como se a Índia do sânscrito tivesse algo a dizer aos primos de segundo grau falantes de português. Como se no Oriente houvesse um porto seguro onde se sentir em casa. Fato é que os esforços dos professores, sobretudo entre o final dos anos 1980 e durante a década de 1990, fizeram do sânscrito, durante algum tempo, parte importante dos Estudos Clássicos brasileiros. Os remanescentes disso são as disciplinas que ainda são ministradas pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da FFLCH. E essa inserção do sânscrito entre os Estudos Clássicos nos obriga a repensar o que são os Estudos Clássicos em um país como o Brasil.

Um primeiro ponto que vale indagar é a questão institucional mais objetiva. Afinal, se houvesse uma Sociedade de Estudos Orientais e uma área de Estudos Orientais mais forte e estruturada há mais tempo, Carlos Alberto da Fonseca ainda assim seria o presidente da SBEC? Não propomos História Contra-Factual aqui. Nos permitimos, apenas por um instante, a especulação. Seria possível uma área forte de Estudos Orientais no Brasil, nos moldes do que se pode encontrar no exterior? E mais,

seria necessário? Não poderia haver talvez o mesmo nível de especialização, mas estruturado em outras formas? As balizas institucionais que nos guiam são, em muitos sentidos, distintas do que encontramos no ambiente acadêmico do Norte Global por muitas razões, todas elas históricas. Mas se nos questionarmos sobre coisas assim, eventualmente uma dúvida sobre o sentido e a função de algo como a SBEC também vai surgir mais cedo ou mais tarde. Refiro-me especificamente à estruturação da instituição e ao que ela agrega e, por consequência, ao que deixa de agregar⁵. E o caso dos sanscritistas é particularmente útil para nos fazer pensar e nos chamar ao debate. Retornemos a ele.

O leitor deve ter percebido um pseudo-paradoxo: quando o sânscrito era rotulado como parte dos Estudos Orientais, era feito por pessoas especializadas na língua, mas cujas formações básicas ligavam-se a uma filologia mais familiar ao “Ocidente”; quando passou ao rótulo de Estudos Clássicos o fez pelas mãos de sanscritistas de formação. Mas não deve causar nenhum equívoco esta percepção primária. Com efeito, o que é realmente relevante aqui para a teoria da linguagem é a questão do grupo linguístico e, nesse caso, seguindo a citação de Vargas acima, não importa muito propriamente o que é Ocidente ou Oriente, porque o critério geográfico deixa

5. Nesse sentido, a fala do professor Jacyntho Lins Brandão sobre suas recentes traduções do acádio no XXI Congresso da SBEC em 2017 foi um verdadeiro marco histórico/simbólico que honrosamente testemunhamos.

de ter tanta relevância e o critério cultural virá em segundo plano; importa, acima de tudo, a familiaridade de uma língua com outra; depois as especificidades culturais. E isso não deve surpreender, dado que sabemos hoje muito claramente que as culturas helênicas divergiam muito entre si e a romana significativamente delas, mas ainda assim mantemos os dois grupos sob a égide dos Estudos Clássicos. Se seguirmos o critério linguístico, a familiaridade entre gregos e romanos é inegável e, assim, cabem também os indianos. Mas os sanscritistas brasileiros puseram em questão um problema que permaneceu adormecido: onde estão os persas, ou os hititas? Não são esses também indo-europeus? E aqui surge uma rachadura difícil de consertar. Nesse sentido, o ato de buscar aproximação com a SBEC, a despeito de questões meramente institucionais e de fortalecimento de um campo, traz à tona questões bem mais viscerais.

É aqui que nasce um último questionamento indispensável. Pois se pelo critério linguístico podemos trazer a língua e a literatura sânscrita para o debate da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, pelo critério histórico cabe questionar se a Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos não deve repensar sua constituição, apontando para uma distinção mais evidente do que parece entre gregos e romanos. Dito de outro modo, se

por um lado podemos nos questionar se gregos e romanos cabem mesmo em uma unidade à parte (História)⁶, por outro, podemos nos questionar se não deveríamos agregar aos Estudos Clássicos os persas, celtas, hititas... Será a SBEC, um dia, a Sociedade Brasileira de Estudos da Antiguidade?⁷ Sem dúvida, são questionamentos instigantes que surgem como verdadeira promessa de debates acalorados no seio de uma sociedade científica. E não são esses debates que a elas, às sociedades científicas, dão vida?

REFERÊNCIAS

BLIKSTEIN, Izidoro. Indo-europeu, linguística e... racismo. **Revista USP**, v. 14, n. 1, 1992, p. 104-110.

CARDOSO, Zélia de Almeida. **SBEC 20 anos**: uma história. 2005. Disponível em: <https://www.classica.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=254> (Acesso em: 01/08/2021).

FERREIRA, Mário. O conceito de “desarmonia” na cosmologia védica. **BHĀRATA - Cadernos de Cultura Indiana**, v. 1, n. 1, 1990, p. 11-19.

_____. Elementos para a configuração do campo léxico da “linguagem” (Vâc) no Rgvedasamhitâ. **Revista de Estudos Orientais**, v. 2, n. 1, 1998, p. 125-136.

6. Não ignoramos questões de recepção e da presença dos gregos e romanos em nossas vidas, afinal não receberam o nome “clássicos” pelo projeto intelectual europeu atoa (SOUZA; SANTANA, 2019, p. 191, n. 3). Pensamos apenas nas Histórias e culturas gregas e romanas (o plural é intencional) e na grande distinção entre elas; distinção essa que irá sempre se manifestar de maneira mais ou menos velada no seio de qualquer Sociedade de Estudos Clássicos.

7. O fato de a Espanha, *país europeu*, onde se luta pela patrimonialização do latim e do grego (<<https://elcorreoweb.es/cultura/recurren-ahora-al-senado-para-que-el-latin-y-el-griego-sean-patrimonio-cultural-inmaterial-de-la-humanidad-JB7416478?fbclid=IwAR15cZwD Dt1RRZmmKB1t18PJpHzGLrtwP jo3dDINA0ykNINgfKPs9LNKfhs>> Acesso em: 01/08/2021) contar com uma única professora de fenício, a última, em todo seu território nacional (<https://elpais.com/politica/2018/03/20/diario_de_espana/1521565734_947068.html>, Acesso em: 01/08/2021) indica que é improvável.

FONSECA, Carlos Alberto da. Uma porta fechada ao devaneio: uma aplicação a textos sânscritos dos esquemas de abordagem linguístico-retórica de Isaac Nicolau Salum. **Clássica**, v. 2, n. 1, 1989, p. 21-34.

_____. O “bem-feito” e o “mal-feito” na estética sânscrita. **BHĀRATA - Cadernos de Cultura Indiana**, v. 1, n. 1, 1990, p. 42-53.

_____. “Adivinhação” na Índia Antiga: algumas notas. **Clássica**, v. 4, n. 4, 1991, p. 81-101.

_____. O conceito de variação linguística nas teorias da linguagem da Índia Antiga. **Clássica**, suplemento 2, 1993, p. 101-108.

_____. Variação linguística na Índia Antiga: uma questão sem fim. **Clássica**, v. 9, n. 9, p. 293-316.

_____. Articulações entre imagem e narrativa na Índia Antiga (A propósito da peça Uttararāmacaritam, de Bhavabhūti). **Clássica**, v. 13, n. 13, 2001, p. 261-273.

_____. Ex ORIENTE INDIA (“Tanto bate até que se fura”). **Clássica**, v. 21, n. 2, 2008, p. 221-238.

MONTENEGRO, Lílian Proença de Menezes. **Dharma e Adharma** na narrativa épica sânscrita. **BHĀRATA - Cadernos de Cultura Indiana**, v. 1, n. 1, 1990, p. 21-27.

MONTENEGRO, Lílian Proença de Menezes; VARGAS, Maria Valéria Anderson de Mello. Notícias dos eventos promovidos pela Associação Latino-Americana de Sanscritistas. **Clássica**, v. 3, n. 3, 1990, p. 159-168.

MÜLLER, Friedrich Max. **A History of Ancient Sanskrit Literature so far as it illustrates the primitive Religion of the Brahmans**. London: Williams and Norgate, 1860, orig. 1859.

PAULA, Eurípedes Simões de. Alguns aspectos das relações do Ocidente com o Extremo Oriente durante a Antiguidade e a Idade Média. **Revista de História**, v. 21, n. 43, 1960, p. 3-14.

_____. História Antiga e Medieval: dois espíritos e duas especializações. Problemas que suscita a sua definição numa só Cadeira. In: **Anais do I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior em 1961**. Marília, 1962, p. 81-88.

_____. Algumas considerações em torno do XII Congresso Internacional de Ciências Históricas. **Revista de História**, v. 31, n. 63, 1965, p. 175-202.

SOUZA, Matheus Vargas de. "As musas de Heródoto foram o **Rāmāyana** da Hélade": o helenismo de Friedrich Max Müller. In: BAPTISTA, Natan Henrique Taveira; CARVALHO, Luiza Helena Rodrigues de Abreu; LEITE, Leni Ribeiro. **Estudos em Tradução e Recepção dos Clássicos**. Vitória: Letras-Ufes, 2020, p. 190-203.

SOUZA, Matheus Vargas de; SANTANA, Elisa da Silva. Os "clássicos" e a violência simbólica como colonialidade do saber: o caso do Visconde de Taunay. **Ofícios de Clio**, v. 4, n. 7, 2019, p. 190-206.

VARGAS, Maria Valéria Anderson de Mello. Os estudos de Sânscrito no Brasil. **Ensaio de Literatura e Filologia**, v. 5, n. 1, 1985, p. 41-49.

_____. Sob os olhos do Ocidente: o "descobrimento" do sânscrito funcionou como ponto de partida para os estudos da gramática comparada. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03/09/1988, Folhetim, p. G8-G11, Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=10345&keyword=Ocidente&anchor=4125021&origem=busca&originURL=&pd=e6ef40617b611daa89aa075e3f6b25cf>> (Acesso em: 01/08/2021)

_____. A ética das máximas no fabulário sânscrito. **BHĀRATA - Cadernos de Cultura Indiana**, v. 1, n. 1, 1990, p. 29-39.

_____. O Curso de Sânscrito. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 22, 1994, p. 409-413.

Recebido em: 01-08-2021.

Aceito em: 09-08-2021.